AINDA NA PAUTA: O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURAS INDÍGENAS

PETER SCHRÖDER [1]
UFPE, BRASIL
https://orcid.org/0000-0001-9084-7106

RESENHA

SILVA, Edson & SILVA, Maria da Penha da (orgs.). **A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008.** 3ª edição. Recife: Editora UFPE, 2020.
(e-book: https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/62/65/189)

Existe um volumoso corpus bibliográfico consolidado sobre educação indígena, enquanto a quantidade de trabalhos sobre a temática indígena para o ensino fundamental e médio é menor, porém não é insignificante. Neste contexto, a coletânea ora resenhada é uma contribuição muito bem-vinda. Trata-se da terceira edição revisada, o que é um indício direto da demanda por parte dos leitores. A novidade principal é a publicação em formato de e-book. Lançada em pleno período

[1] Professor Associado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), Departamento de Antropologia e Museologia (DAM), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: peter.schroder@ufpe.br.

de pandemia, a pertinência de uma nova edição tornou-se evidente no contexto do desmonte da política indigenista sob o governo Bolsonaro e de sua política explicitamente anti-indígena.

Entre os livros com materiais didáticos sobre os indígenas para o ensino escolar, a obra mais conhecida certamente é a coletânea organizada por Lopes da Silva e Grupioni (1995). Seus méritos já foram devidamente realçados em diversos periódicos, mas uma de suas características talvez tenha ficado menos percebida: a composição do conjunto dos autores, baseada no famoso triângulo da antropologia brasileira, composto por seis letras: SP-RJ-DF. Isto não diminui por um milímetro a qualidade da obra, mas implica certos enfoques e escolhas de exemplos ilustrativos. A obra ora resenhada tem sua origem num ambiente acadêmico regional diferente, o Nordeste, o que não significa que seu tema é abordado a partir de uma visão exclusivamente "nordestina", seja o que isso possa significar, mas que algumas peculiaridades da situação dos indígenas no Nordeste são destacadas em comparação com outros trabalhos que focalizam mais os cenários da Amazônia e do Centro-Oeste.

O ponto de partida é a promulgação da Lei n. 11.645, em 10 de março de 2008, que torna obrigatório o estudo das histórias e culturas indígenas e afro-brasileiras no ensino fundamental e médio. Os organizadores da coletânea, Edson Silva e Maria da Penha da Silva, têm longas experiências consolidadas em sala de aula como professores de história indígena no estado de Pernambuco. O livro fornece subsídios para a desconstrução da ideologia de uma única identidade social e étnica nos limites do território nacional e problematiza o lugar dos povos indígenas na história do Brasil e seu ensino em sala de aula.

O tema é apresentado em sete capítulos. No primeiro, Edson Silva retrata e discute o imaginário dos indígenas e seu papel na ideologia nacional, realçando o contraste entre, por um lado, as imagens romantizantes de escritores e pintores do século XIX e, por outro lado, a política indigenista imperial assimilacionista, cujo supremo objetivo era contribuir para o desaparecimento paulatino dos indígenas. Os exemplos históricos foram majoritariamente escolhidos do contexto pernambucano. Com relação ao século XX, são destacadas as ideologias raciológicas e da mestiçagem, mas também as transformações dos cenários políticos devido ao crescente protagonismo indígena. Em revisão histórica, às vezes causa estranheza como as atuais demonizações da palavra "mestiçagem" e, sobretudo, de seus principais representantes intelectuais, em ambientes acadêmicos, mas também por atores de diversos movimentos sociais, formam um contraste forte com as críticas positivas dadas a obras como a freyriana por autores como Thomas Mann, certamente insuspeito de ser um contribuinte à ideologia nacional brasileira. Na realidade, o conceito de mestiçagem merece uma análise especial devido a seu papel ambíguo nas visões dos "brancos" sobre os indígenas, em particular aqueles no Nordeste. Basta citar dois exemplos. Por um lado, a palavra-chave mestiçagem pode ser acionada para desqualificar o caráter indígena de uma população, o que aconteceu, por exemplo, na década de 1920 em Águas Belas (PE), por parte da elite local,

tachando os Fulni-ô de "caboclos descendentes dos antigos Carnijós", ou seja, não sendo indígenas por falta do "critério de autenticidade" da pureza racial e cultural – e, com isso, não tendo direitos diferenciados à terra. Neste caso, ficam evidentes os interesses envolvidos. Por outro lado, como explicar a etnogênese dos Atikum, também no Estado de Pernambuco, ignorando o fato de que a Serra do Umã se transformou, nos séculos XVIII e XIX, em lugar de refúgio indígena e negro de modo que se formasse uma população que pode afirmar, se quiser, suas ascendências tanto em linhas ameríndias quanto em africanas (GRÜNEWALD, 1999)? Existe uma diferença muito grande entre o uso ideologicamente motivado de um conceito e um sentido meramente descritivo dado a ele. Infelizmente, nos expurgos semânticos praticados em numerosos ambientes acadêmicos atuais, tais diferenças são ignoradas.

No segundo capítulo, Zeneide Rios de Jesus analisa o papel dos indígenas na historiografia tradicional brasileira e a integração, ainda deficiente, da história indígena nas grades curriculares escolares e universitárias, enquanto, no terceiro capítulo, Maria da Penha da Silva discute a educação intercultural e a presença indígena em escolas de ambientes urbanos. Ela destaca a contradição entre a legislação e a realidade do material escolar e do preparo dos profissionais de ensino. É interessante observar que a autora faz uso do conceito de cultura tranquilamente, enquanto muitos antropólogos atuais preferem abandoná-lo e se digladiar a favor de "ontologias". O quarto capítulo, de Ana Cláudia Oliveira da Silva, trata da contribuição dos movimentos sociais para a implementação da Lei n. 11.645/2008.

O quinto capítulo, de Gilberto Geraldo Ferreira, tem um recorte temático mais específico: a construção dos indígenas nos livros didáticos de história no Estado das Alagoas, mostrando diferenças consideráveis entre a produção de conhecimentos acadêmicos e aqueles voltados para o grande público e os conteúdos dos livros didáticos no estado. No sexto capítulo, Celenia de Souto Macedo e Mércia Rejane Rangel Batista relatam uma experiência muito interessante e reveladora feita numa escola não-indígena no município de Camaratuba (PB), a qual fica limítrofe à Terra Indígena Potiguara. Trata-se de uma análise de pequenas redações dos alunos sobre os indígenas, revelando toda uma série de estereótipos e imagens muito diferentes da vida real dos indígenas naquele município, apesar da proximidade espacial.

O conceito de subsídios, na realidade, melhor se aplica ao capítulo inicial e ao sétimo, final, escrito pelos organizadores da coletânea, onde é apresentada uma série de informações úteis sobre os povos indígenas no Brasil e de recomendações de leitura. Além de livros e websites, os autores também fazem sugestões didáticas para aulas, sobretudo para a educação básica. Chama a atenção que muitas indicações para informações remetem preferencialmente ao Nordeste, como se estivesse previsto que o livro encontraria menos leitores fora da região, o que pode ser um engano. Quanto aos websites indicados, o do Instituto Socioambiental (ISA; https://www.socioambiental.org/) certamente é o mais abrangente e diferenciado. A afirmação de que no site há uma

priorização da Amazônia não é correta. Quanto aos outros websites indicados, chama a atenção que, infelizmente, a maioria ou está desatualizada faz sete anos ou mais ou não existe mais. No caso de uma nova edição revisada de uma obra já publicada, estas fontes precisam ser checadas para não colocar em risco a qualidade das informações prestadas, já que no mundo virtual as transformações são muito rápidas. Quando existem numerosos websites ou blogs sobre determinado tema, é necessário fazer uma seleção criteriosa para dar preferência àqueles que costumam ser atualizados regularmente, como o website do ISA. Infelizmente, isto não se pode dizer de uma série de produtos virtuais efêmeros que faz anos se encontram estagnados, incompletos e, ao que parece, abandonados, uma vez colocados online.[2] Ao mesmo tempo, senti a falta de uma indicação da Biblioteca Digital Curt Nimuendajú (http://www.etnolinguistica.org/), atualizada quase diariamente devido aos esforços incansáveis de Eduardo Ribeiro e Renato Nicolai, onde é possível encontrar milhares de trabalhos atuais e históricos sobre as culturas, línguas e histórias dos povos indígenas no Brasil.

Levando em consideração de que se trata da terceira edição do livro, senti falta, apesar da diagramação agradável e das ilustrações e mapas, de duas coisas: um sumário e uma revisão ortográfica, gramatical e de pontuação, porque ainda é possível tropeçar em uma série de erros. Isto seria muito fácil de corrigir, já que se trata de uma publicação virtual que pode ser substituída com facilidade. Além disso, penso que é aconselhável, no contexto das práticas linguísticas pautadas no politicamente correto, substituir a expressão "índio(s)", ainda encontrada em diversas páginas, para que os organizadores não corram o risco de serem jogados numa fogueira simbólica.

Resumindo: uma publicação importante que tem nos profissionais do ensino fundamental e médio seu público-alvo principal e que talvez, de acordo com as demandas, ainda tenha uma quarta edição revisada.

[2] Para citar apenas um exemplo do ambiente da UFPE: a Rede de Monitoramento de Direitos Indígena em Pernambuco (REMDIPE) (http://www3.ufpe.br/remdipe/index.php; acesso em 15/02/2023).

Referências bibliográficas

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Etnogênese e ‘regime de índio’ na Serra do Umã. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.** (Territórios sociais, 2) Rio de Janeiro: Contra Capa. p. 137-172.

LOPES DA SILVA, Aracy & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1.º e 2.º graus.** Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

Recebido em: 15/02/2023 * Aprovado em: 28/05/2023 * Publicado em: 30/04/2023
